



GOVERNO DO  
ESTADO DO CEARÁ  
Secretaria dos Recursos Hídricos

COORDENADORIA DE GESTÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS (CGERH)

OUTORGA Nº 004/2016

PORTARIA Nº 183/2016

O SECRETÁRIO ADJUNTO DOS RECURSOS HÍDRICOS DO ESTADO DO CEARÁ, no uso da atribuição que lhe confere o art 6º, da Lei nº 14.844, de 28 de dezembro de 2010, publicada no D. O. E de 30 de dezembro 2010, com o objetivo de assegurar o controle quantitativo e qualitativo dos usos e o efetivo exercício dos direitos de acesso a água, e com base nos pareceres técnico e jurídico constantes nos autos do processo administrativo nº 5904957/2015, OUTORGA PREVENTIVA, para LANÇAMENTO DE EFLUENTES, a CSP - COMPANHIA SIDERURGICA DO PECÉM, CPF/CNPJ 09.509.535/0001-67 nos seguintes termos:

I – CARACTERIZAÇÃO DA OUTORGA

1 - Local do lançamento do efluente: Canal de Macrodrainagem (CIPP)

2 - Bacia: Metropolitana

3 - Município: São Gonçalo do Amarante

Distrito: São Gonçalo do Amarante

Localidade: CIIP

4 - Coordenadas do local de lançamento:

Latitude: 9603976N

Longitude: 516609E

II – ELEMENTOS DA OUTORGA

1 - Período de validade da outorga - **01 ano** - (16 de fevereiro de 2016 a 16 de fevereiro de 2017)

2 - Local de uso: CIIP

3 - População estimada: 127.969 (horizonte de 20 anos)

Taxa crescimento: -% (ao ano)

4 - Volume outorgado: 5.474.522,00m³/ano

Área de espelho: m²

5 - Vazão outorgada: 255,00l/s

Vazão contínua: 255,00l/s

6 - Tempo de aplicação da vazão outorgada: 24 horas/dia

7 dias/semana

7 - Finalidade do uso da água: Lançamento de efluentes

1 - A outorga do direito de uso dos recursos hídricos, de que trata esta portaria, poderá ser suspensa pela SRH, de forma total ou parcial, em definitivo ou por prazo determinado, sem qualquer direito de indenização ao usuário, de acordo com o disposto no art. 11, da Lei 14.844/2010.

2 - A cobrança pelo uso dos recursos hídricos superficiais ou subterrâneos obedecerá aos critérios estabelecidos no art. 16, da Lei 14.844/2010.

3 - O outorgado tem prazo de 06 (seis) meses, para instalar hidrômetro e tubo guia em caso de captação em poço.

4 - Esta outorga terá realocação de água anualmente em função da disponibilidade hídrica da bacia hidrográfica.

5 - O outorgado responderá civil, penal e administrativamente, por danos causados à vida, à saúde, ao meio ambiente e pelo uso inadequado que vier a fazer da presente outorga.

6 - Em se tratando de abastecimento humano é necessário o tratamento da água.

7 - A outorga deverá ser renovada sistematicamente, com **03 (três) meses** antes de expirar o prazo da vigência, garantido assim, o seu direito de acesso à água.

8 - Esta portaria não dispensa nem substitui a obtenção, pelo outorgado, de certidões alvarás ou licenças de qualquer natureza, exigidos pela legislação Federal, Estadual ou Municipal e entrará em vigor na data de sua publicação no D.O.E.

SECRETARIA DOS RECURSOS HÍDRICOS DO ESTADO DO CEARÁ em Fortaleza, aos 16 de fevereiro de 2016.

Ramon Flávio Gomes Rodrigues

Secretário Adjunto dos Recursos Hídricos